

A percepção dos acadêmicos a respeito da inclusão da pessoa com deficiência auditiva/surdez no ensino superior privado

1. INTRODUÇÃO

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), 23,9% da população brasileira possui algum tipo de deficiência, sendo que 5,10% da população total correspondem aos deficientes auditivos/surdez.

“De certo modo, podemos dizer que a deficiência faz parte da condição humana, visto que quase todo mundo está sujeito a ter alguma deficiência, seja ela temporária ou permanente, em algum momento de sua vida” (SOUZA, 2017).

O meio mais indicado para desenvolver o ser humano e a população em geral é por intermédio da educação, sendo que toda e qualquer pessoa deve ter o direito ao estudo garantido (SURIS; SILVEIRA; MEURER, 2017).

O acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais em todos os níveis de ensino é prevista na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Esse documento promove, essencialmente, a integração da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; formação de professores para o atendimento educacional especializado; participação da família e da comunidade; e acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos transportes, nas comunicações e informações (MEC/SECADI, 2014).

Com base em todos esses elementos apresentados, o intuito dessa pesquisa foi de verificar a percepção dos acadêmicos a respeito da inclusão da pessoa com deficiência auditiva/surdez no ensino superior privado.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesse artigo os eixos teóricos que compõem a fundamentação teórica são: inclusão, tipologia e deficiente auditivo/surdez.

2.1 INCLUSÃO

Por muito tempo as pessoas com necessidades especiais foram abandonadas, segregadas e até mesmo exterminadas da sociedade. Hoje, sabe-se que elas têm direito de conviver e participar ativamente da sociedade, mas nem sempre foi assim (FERNANDES, 2011).

Essa atitude de abandono e eliminação, apesar de comum e aceitável, não era procedimento unânime nas culturas antigas, podendo apontar outros comportamentos em relação à pessoa com deficiência (PcD): aceitando ou até tratando de maneira especial (DICHER; TREVISAM, 2013).

É importante destacar que o processo de inclusão da PcD é marcado por quatro períodos, divididos historicamente. Sendo eles:

QUADRO 1 – PERÍODOS DA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PcD)

1º Período – Exclusão ou Extermínio	Caracterizado pelo abandono ou morte das crianças que nasciam com a ausência de algum membro ou dificuldade em realizar tarefas comuns daquela sociedade, como a caça, pesca, colheita e também a luta pela sobrevivência (FREIRE, 2016).
2º Período - Segregação	Com o Cristianismo, a visão do homem modificou-se para um ser racional que era a manifestação de Deus. Assim, pela primeira vez a PcD começou a receber alguma forma de assistência, visto que eram inseridas em instituições assistencialistas que tinham como objetivo normalizá-las perante a sociedade (ARANHA, 1995).
3º Período - Integração	Foi com a Revolução Industrial e o modo de produção capitalista (que valorizava o potencial produtivo das pessoas) que houve a necessidade de estruturação de sistemas nacionais de ensino e escolarização para a população potencialmente produtiva da época, o que podemos chamar de “momento da educação”, período marcado pela inserção da PcD à sociedade (ARANHA, 1995).
4º Período - Inclusão	Esse período nasceu por meio de lutas pelos direitos da PcD durante as décadas de 1960 e 1970. Esses movimentos tinham como objetivo resgatar todas as pessoas excluídas e, ao invés de normalizá-las para se encaixarem na sociedade, visava ampliar suas potencialidades. Nesta proposta não é mais a PcD que precisa se enquadrar à sociedade “dos ditos normais”, mas sim a sociedade que deve se reorganizar para oferecer oportunidades e garantir direitos para todas as PcD, para que possam exercer seu papel de cidadão (FERNANDES, 2011).

ADAPTADO DE: ARANHA (1995); FERNANDES (2011); FREIRE (2016).

O Brasil está em desenvolvimento no que se refere inclusão, com passos não muito expressivos, entretanto, crescente. Na última década, houve um avanço expressivo nessa caminhada, que demonstra uma profunda transformação (OMOTE *et al.*, 2005).

2.2 TIPOLOGIA

Conforme Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999, em seu Artigo 3º, existe diferença em deficiência e incapacidade:

- I – Deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gera incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para ser humano;
- II – Deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos;
- III – Incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.

De acordo com a Lei Federal nº 13.146/15, que regulamenta internamente as disposições da Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU), apresentada em seu artigo 2º: considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de

natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Os principais tipos de deficiência são:

Deficiência física: de acordo com o Decreto nº 5.296/04, conceitua-se como deficiência física a alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

Deficiência Auditiva: é a perda bilateral, parcial ou total, de 41decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (Decreto nº 5.296/04, art. 5º, §1º, I, "b", c/c Decreto nº 5.298/99, art. 4º, II).

Deficiência Visual: de acordo com o Decreto nº 3.298/99 e o Decreto nº 5.296/04, conceitua-se com deficiência visual: cegueira, baixa visão, os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º.

Deficiência Mental: de acordo com o Decreto nº 3.298/99, alterado pelo Decreto nº 5.296/04, conceitua-se como deficiência mental o funcionamento intelectual significativamente pessoal, habilidades inferiores à medida, com manifestação antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, que podem ser: comunicação, cuidado sociais, utilização dos recursos da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho.

Deficiência Múltipla - de acordo com o Decreto nº 3.298/99, conceitua-se como deficiência múltipla a associação de duas ou mais deficiências.

2.3 DEFICIENTE AUDITIVO/SURDEZ

Segundo a cartilha de Educação Infantil (2006), a surdez consiste na perda maior ou menor da percepção normal dos sons. Verifica-se a existência de vários tipos de pessoas com surdez, de acordo com os diferentes graus de perda da audição, sendo elas:

QUADRO 2 – TIPOS DE SURDEZ

Surdez leve	Essa perda impede que o indivíduo perceba igualmente todos os fonemas das palavras. Além disso, a voz fraca ou distante não é ouvida.
Surdez moderada	Esses limites se encontram no nível da percepção da palavra, sendo necessária uma voz de certa intensidade para que seja convenientemente percebida.
Surdez severa	Este tipo de perda vai permitir que ele identifique alguns ruídos familiares e poderá perceber apenas a voz forte, podendo chegar até aos quatro ou cinco anos sem aprender a falar.
Surdez profunda	A gravidade dessa perda é tal que o priva das informações auditivas necessárias para perceber e identificar a voz humana, impedindo-o de adquirir a língua oral.

FONTE: Cartilha de Educação Infantil (2006).

Por meio do Instituto Nacional de Surdos-Mudos (INSM, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES) ocorre o início da educação dos surdos brasileiros, através da Lei nº 839, que D. Pedro II assinou em 26 de setembro de 1857 (RAMOS, 2006).

Para que um estudante com deficiência auditiva/surdez possa ter um aprendizado presencial em uma instituição de ensino, entra em cena a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e é de extrema importância a presença de tradutores, intérpretes e professores bilíngues no ambiente, materiais visuais e legenda em vídeos (SURIS; SILVEIRA; MEURER, 2017).

Suris, Silveira e Meurer (2017) afirmam que ainda são poucas as PcD auditivas/surdez nas Universidades e, para que esse número cresça, é preciso que os professores levem em consideração as limitações dos alunos surdos, mas também os incentivem, tornando o estudo uma ferramenta de auxílio.

3. METODOLOGIA

Nessa sessão será apresentado os procedimentos metodológicos utilizados para a realização do presente artigo, iniciando-se pela característica da pesquisa, seguido pela coleta de dados e finalizando com a descrição das instituições acadêmicas estudadas.

3.1 CARACTERÍSTICA DA PESQUISA

Os estudos descritivos exigem do investigador (para que a pesquisa tenha certo grau de validade científica) uma precisa delimitação de técnicas, métodos, modelos e teorias que orientarão a coleta e interpretação dos dados. A população e a amostra devem ser claramente delimitadas, da mesma maneira que os objetivos do estudo, os termos e as variáveis, as hipóteses, as questões de pesquisa, etc. (TRIVIÑOS, 1987).

Segundo Gil (1999), a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno e estabelecer relações entre as variáveis. Uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados.

Andrade (2002) destaca que este tipo de pesquisa se preocupa em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, onde o pesquisador não interfere neles, assim, os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador.

O presente estudo foi baseado em pesquisa descritiva, visto que buscou descrever a percepção dos acadêmicos com relação à inclusão da PcD auditiva/surdez nas Instituições de Ensino Superior (IES).

3.2 COLETA DE DADOS

Segundo Fonseca (2002), a pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, são realizadas as coletas de dados junto as pessoas. Qualquer pesquisa realizada em seu ambiente natural, envolvendo a observação direta do fenômeno estudado em seu próprio ambiente, é denominada pesquisa de campo (APPOLINÁRIO, 2007).

A definição de questionário é vista como a técnica de investigação por um conjunto de questões que são submetidas as pessoas, com o propósito de obter informações sobre

conhecimento, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado, etc. (GIL, 1999).

De acordo com Richardson (2010), o questionário é uma forma de entrevista que cumpre pelo menos duas funções: descreve as características e mensura determinadas variáveis de um grupo social.

Para atingir o objetivo desta pesquisa, a coleta de dados foi realizada no Centro Universitário Alpha. Os questionários aplicados contêm 14 perguntas, algumas sendo de caracterização e as demais com escala Likert. A aplicação dos mesmos ocorreu do dia 17 a 21 de outubro de 2019, os cursos Administração, Pedagogia e Recursos Humanos (RH), onde houve a participação de 296 acadêmicos, sendo que desse total foram invalidados 47 questionários devido ao preenchimento duplo de respostas, questões sem preenchimento e ausência na caracterização do respondente, o que possibilitou a utilização de 249 questionários válidos para a tratamento dos dados e a apresentação dos resultados.

3.3 METÓDO DE ANÁLISE DE DADOS

Segundo Malhotra (2001, p. 155), “a pesquisa quantitativa procura quantificar os dados e aplica alguma forma da análise estatística”. Sabendo disso, é possível afirmar que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números as opiniões e informações para classificá-las e analisá-las (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Já na pesquisa qualitativa, a preocupação não está na representatividade numérica, mas, sim, no aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. (GOLDENBERG, 1997).

Para a análise dos resultados, primeiramente foi realizado a tabulação dos questionários por meio de planilhas Microsoft Excel e, posteriormente, feito a análise qualitativa dos dados coletados.

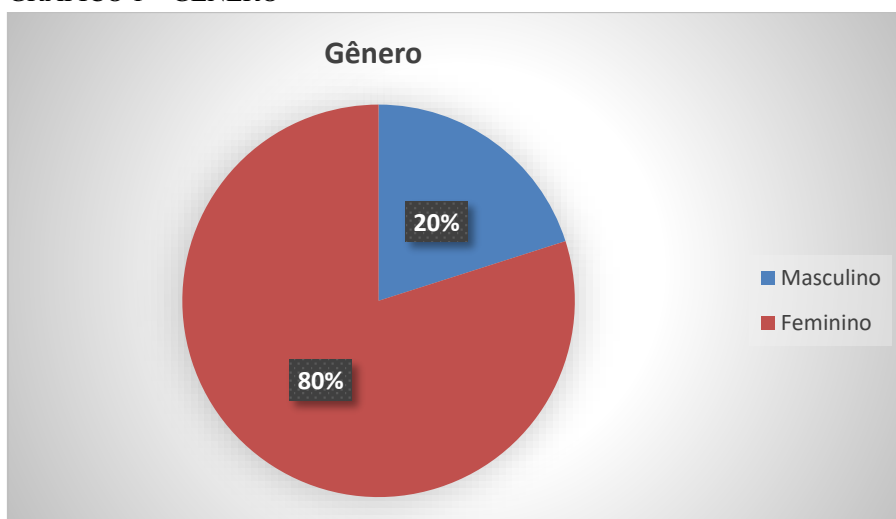
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nessa etapa, serão apresentados os principais resultados da pesquisa sobre a inclusão da PcD auditiva/surdez no ambiente acadêmico por meio da visão dos próprios acadêmicos.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ACADÊMICOS E DA INSTITUIÇÃO

Para manter o anonimato dos respondentes, não foi solicitado a identificação dos mesmos nos questionários. Assim, a primeira pergunta do instrumento de pesquisa é com relação ao gênero do respondente (masculino ou feminino), onde os resultados obtidos estão dispostos no gráfico 1.

GRÁFICO 1 – GÊNERO



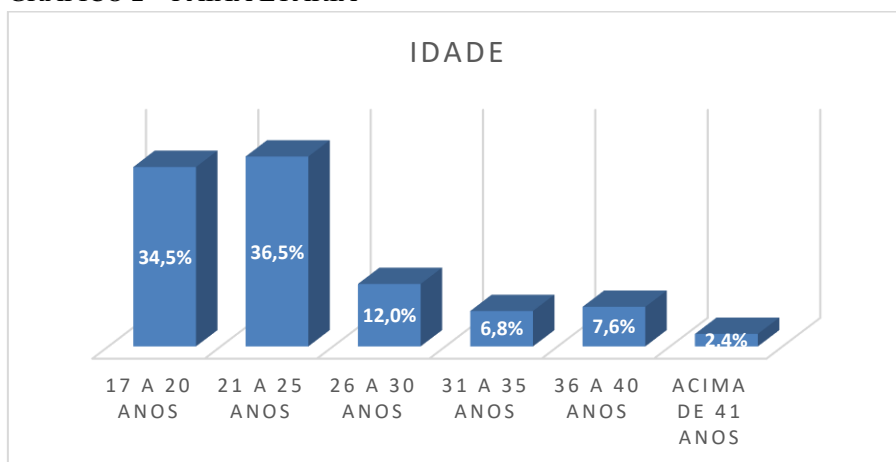
FONTE: Dados da Pesquisa (2019).

É possível verificar que a maioria dos respondentes da pesquisa foi do gênero feminino, correspondendo a 80% das respostas, onde somente 20% dos respondentes é do gênero masculino.

Os números indicam que a maior parcela dos acadêmicos é do gênero feminino, visto que o questionário foi aplicado em sua maioria nos cursos de humanas e educacionais, onde o público feminino possui maior presença.

O gráfico 2 diz respeito a faixa etária dos respondentes da presente pesquisa.

GRÁFICO 2 – FAIXA ETÁRIA



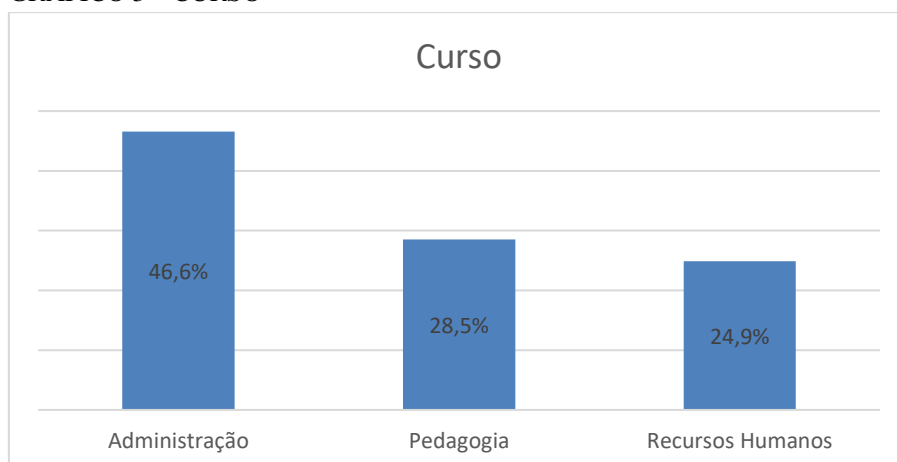
FONTE: Dados da Pesquisa (2019).

Observa-se que dos acadêmicos respondentes, 71% estão na faixa etária de 17 a 25 anos e os demais 29% correspondem a idade de 26 anos até acima de 41 anos.

Os dados demonstram que o maior percentual dos respondentes corresponde a jovens que terminaram o ensino médio e ingressaram na IES. Já os menores percentuais são acadêmicos acima de 30 anos que buscam uma melhor qualificação para o mercado de trabalho.

Na sequência, é apresentado o percentual a respeito do curso dos acadêmicos participantes da pesquisa, por meio do gráfico 3.

GRÁFICO 3 – CURSO



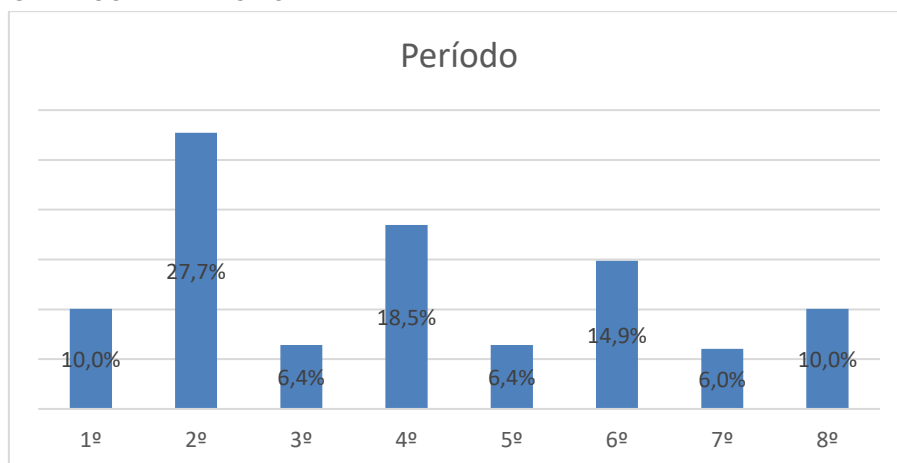
FONTE: Dados da Pesquisa (2019).

Na amostra da pesquisa, foi optado por cursos de ciências humanas, sendo que 46,8% corresponde ao curso de Administração, 28,5% corresponde ao curso de Pedagogia e 24,9% corresponde ao curso de RH.

Foi optado pela escolha destes três cursos devido a sensibilidade que os acadêmicos possuem ao tema, visto que a grade curricular propõe uma maior interação com pessoas.

Por fim, o gráfico 4 apresenta a descrição do período dos acadêmicos.

GRÁFICO 4 – PERÍODO



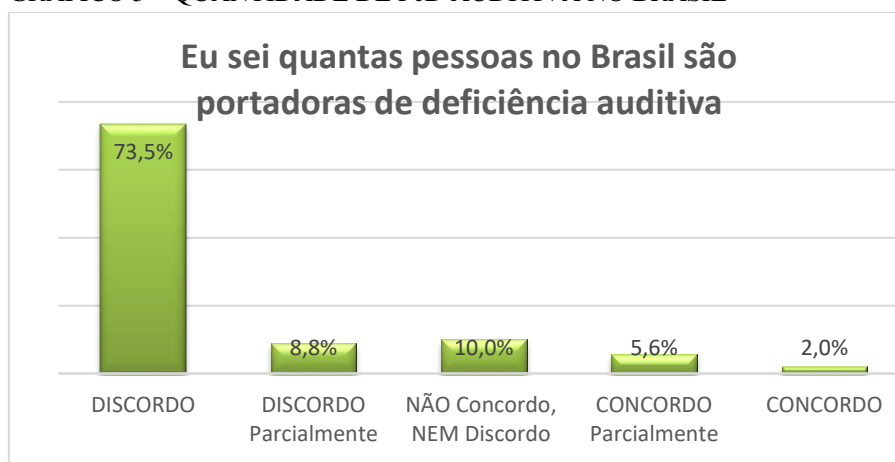
FONTE: Dados da Pesquisa (2019).

Analisando os dados, é possível observar que 62,6% correspondem aos acadêmicos que estão entre o 1º ao 4º período e 37,4% correspondem aos acadêmicos que estão entre o 5º ao 8º período.

4.2 ANÁLISE DA CARACTERIZAÇÃO DOS ELEMENTOS DA PESQUISA

A segunda etapa da pesquisa teve como objetivo principal identificar as características dos elementos da pesquisa, onde os dados obtidos foram avaliados com base em uma escala Likert de 5 pontos.

GRÁFICO 5 – QUANTIDADE DE PcD AUDITIVA NO BRASIL

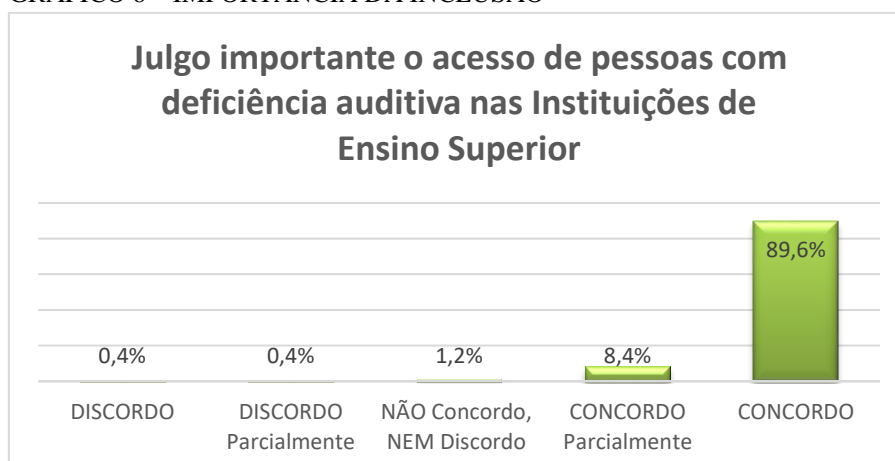


FONTE: Dados da Pesquisa (2019).

Verifica-se de acordo com o gráfico 5 que 82,4% dos respondentes claramente não possuem conhecimento da quantidade de PcD auditiva no Brasil, sendo que 7,6% declaram que possuem conhecimento sobre a questão e 10% não souberam opinar.

É possível perceber que a grande maioria dos respondentes desconhecem a quantidade de PcD auditiva existentes no Brasil, isso ocorre devido à falta de divulgação nas mídias públicas ou a falta de interesse pela busca de tal conhecimento, lembrando que conforme o senso de 2010, 5,10% da população brasileira (cerca de 10mi de pessoas) possui algum tipo de deficiência auditiva.

GRÁFICO 6 – IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO

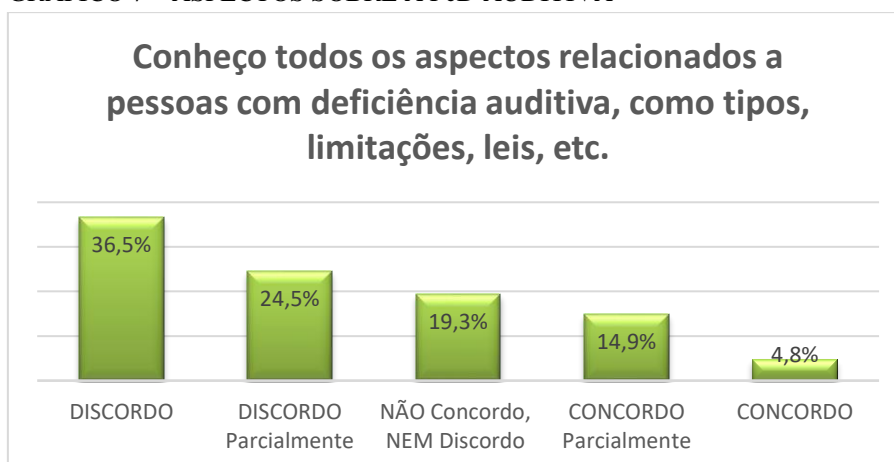


FONTE: Dados da Pesquisa (2019).

Percebe-se no gráfico 6 que grande maioria dos respondentes sabem da importância do acesso das PcD auditiva nas IES (correspondendo a 98% das respostas), onde 2% não concordaram ou não souberam opinar.

Ao analisar o resultado do gráfico, é possível observar que a grande maioria dos acadêmicos tem consciência da importância de tal acesso, embora não seja comum encontrar tal inclusão nas IES, isso pode ocorrer devido à falta de importância dada ao tema ou a baixa demanda de matrículas de PcD auditiva.

GRÁFICO 7 – ASPECTOS SOBRE A PcD AUDITIVA

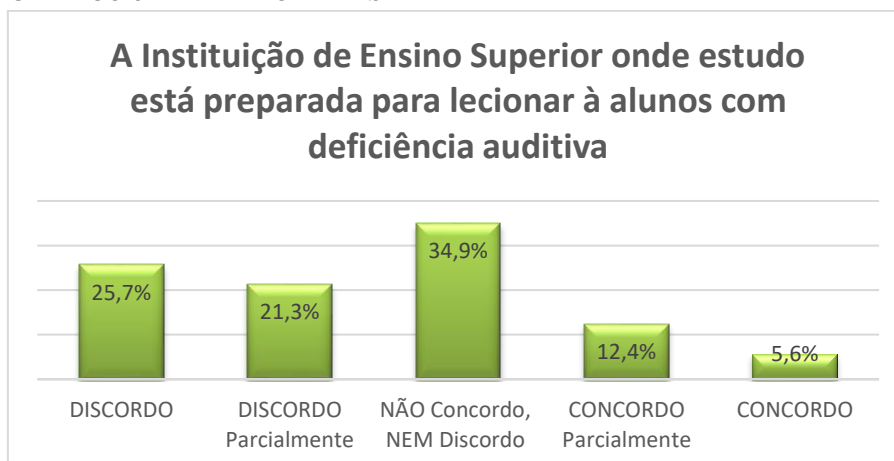


FONTE: Dados da Pesquisa (2019).

De acordo com o gráfico 7 entende-se que 61% dos respondentes não possuem conhecimento sobre os aspectos que envolvem a PcD auditiva, 19,7% afirmam que possuem tal conhecimento e 19,3% não souberam opinar.

Com base nos dados apresentados, verifica-se que a maior parte dos alunos não tem conhecimento sobre tais aspectos, como exemplo os tipos de surdez, que de acordo com a Cartilha de Educação Infantil (2006) podem ser classificados em quatro níveis: surdez leve, moderada, severa e profunda, onde a deficiência não é de fácil percepção, sendo necessário algum tipo de interação para a identificação.

GRÁFICO 8 – PREPARO DA IES

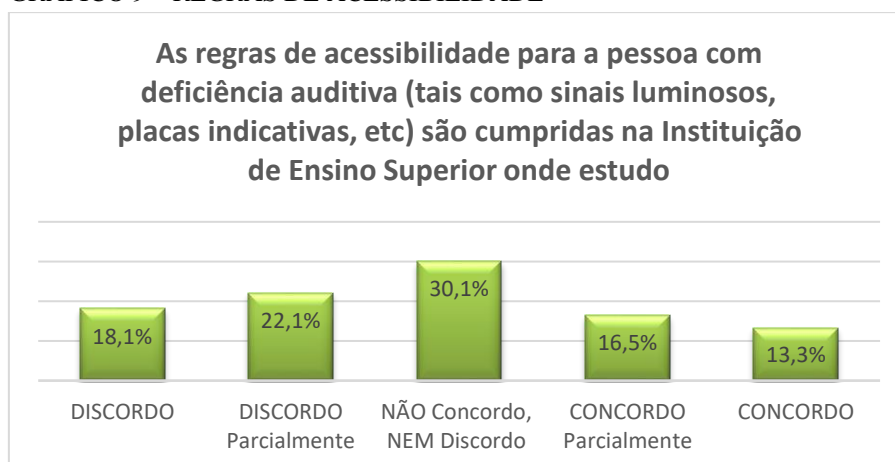


FONTE: Dados da Pesquisa (2019).

A partir do resultado obtido no gráfico 8 é possível afirmar que 47% dos respondentes acredita que a IES não está preparada para lecionar a PcD auditiva, onde 34,9% não souberam opinar e 18% acreditam que a IES teria o preparo necessário para lecionar aos alunos com deficiência auditiva.

É preocupante perceber que mesmo com grande parte dos respondentes não possuindo opinião formada sobre o assunto, ainda assim a maioria deles sentem que sua IES não está preparada para lecionar a PcD auditiva.

GRÁFICO 9 – REGRAS DE ACESSIBILIDADE

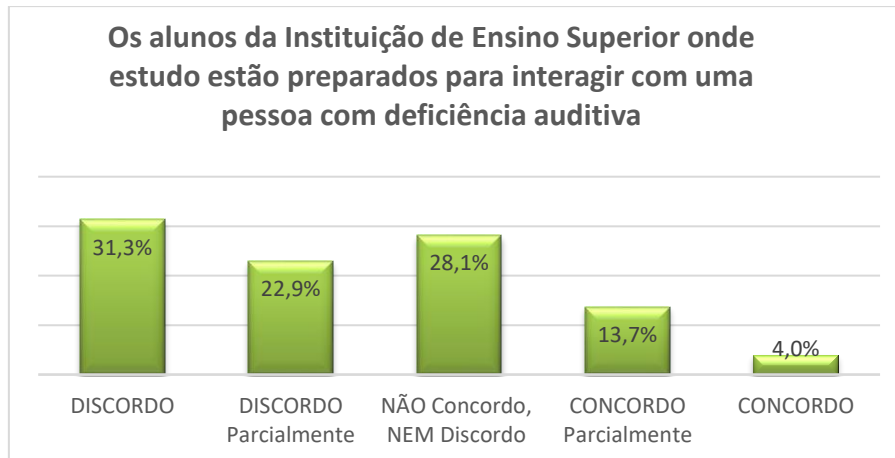


FONTE: Dados da Pesquisa (2019).

Com o resultado do gráfico 9, entende-se que 40,2% da população afirmam que as regras de acessibilidade não são cumpridas em sua IES, 30,1% não possuem conhecimento sobre o assunto e 29,8 alegam que as regras são cumpridas.

Percebe-se um equilíbrio nas respostas, o que sugere que a percepção sobre o assunto é distorcida e que os acadêmicos não possuem conhecimento das reais regras de acessibilidade a PcD auditiva.

GRÁFICO 10 – PREPARO PARA INTERATIVIDADE

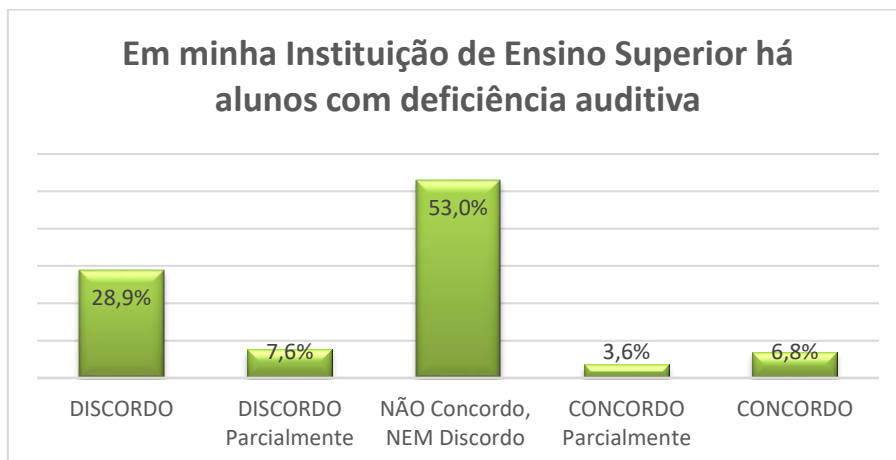


FONTE: Dados da Pesquisa (2019).

É possível analisar no gráfico 10 da amostra que 54,2% dos respondentes julgam-se inaptas para uma interação com PcDs auditivos, 28,1% não souberam opinar e apenas 17,7% sentem-se preparadas para tal interação.

Os acadêmicos têm consciência que não estão preparados para realizar uma interação com uma PcD auditiva, visto que é uma qualificação não incentivada por quem deveria exercer tal incentivo, como o Estado, empresas e IES.

GRÁFICO 11 – PCD AUDITIVO NA IES

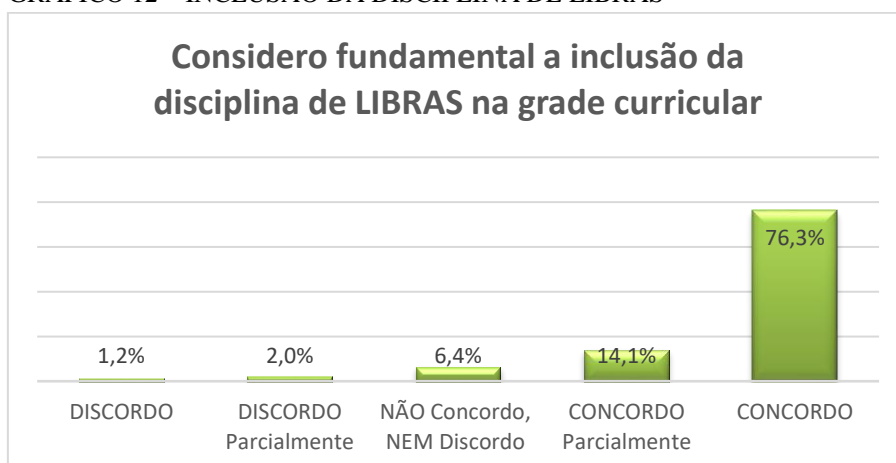


FONTE: Dados da Pesquisa (2019).

Com base nos resultados obtidos no gráfico 11, foi constatado que a grande maioria dos respondentes não tem conhecimento sobre o assunto, visto que 53% optaram pela alternativa “não concordo, nem discordo”, 36,5% acreditam que sua IES não possui Pcds auditivos e 10,4% concordam.

O fato da maioria não apresentar sua opinião sugere que a IES não possui acadêmicos ou não torna público os dados sobre este assunto, entretanto, essa afirmação não absorve a porcentagem dos que discordam da existência destes alunos.

GRÁFICO 12 – INCLUSÃO DA DISCIPLINA DE LIBRAS

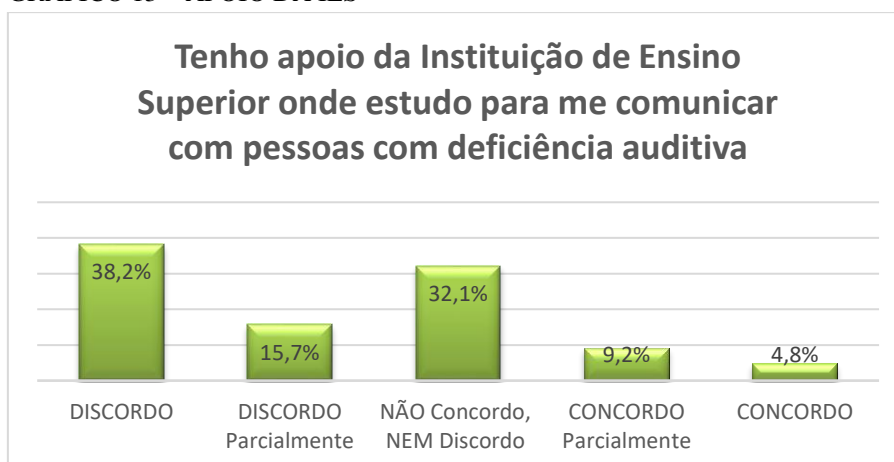


FONTE: Dados da Pesquisa (2019).

Percebe-se no gráfico 12 que os acadêmicos sabem e concordam com a importância da disciplina de LIBRAS na grade curricular, visto que 90,4% das respostas são positivas, onde somente 9,6 discordam ou não souberam opinar.

É visível que a maior parcela de respostas entende a importância da disciplina de LIBRAS nas IES como obrigatório, onde hoje é ofertada apenas como optativa ou como curso de extensão.

GRÁFICO 13 – APOIO DA IES

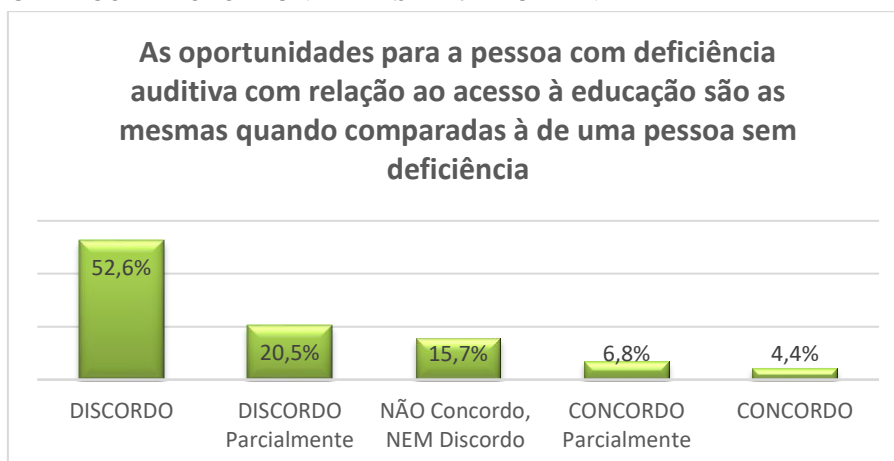


FONTE: Dados da Pesquisa (2019).

Já no gráfico 13, não houve tal superioridade que o anterior, onde 53,9% discordam que sua IES os apoia na comunicação a PcDs auditivas, 32,1% não souberam opinar o assunto e apenas 14% concordam que existe o apoio.

Mais da metade dos respondentes discordam que recebem o apoio da IES, mesmo sendo uma matéria com alta taxa de aprovação do corpo discente, conforme mostrou o resultado do gráfico 12 sobre a disciplina de LIBRAS.

GRÁFICO 14 – OPORTUNIDADES A PcD AUDITIVA



FONTE: Dados da Pesquisa (2019).

É possível afirmar a partir do resultado do gráfico 14 que 73,1% dos respondentes concordam que a PcD auditiva não tem as mesmas oportunidades de ingresso em uma IES que uma pessoa não portadora de deficiência, 15% não tem opinião sobre o assunto e 11,2% discordam que a PcD tem os mesmos direitos quando comparados à pessoa sem deficiência.

É notável que os respondentes possuem o entendimento de que as viabilidades de ingresso a educação superior a PcD auditiva não são equivalentes quando comparadas as das pessoas que não possuem à deficiência. Em razão do despreparo das IES e da sociedade na inclusão destas pessoas, como já demonstrado nos gráficos anteriores.

5. CONCLUSÕES

Através da Lei nº 13.146/15 é assegurado e promovido condições de igualdade à PcD, constituindo que a educação é um direito e o sistema educacional deve ser inclusivo em todos os níveis de aprendizado ao longo de sua vida, conforme artigo 27 da mesma Lei.

No Brasil, 23,9% da população brasileira possui algum tipo de deficiência, onde 5,10% da população total correspondem aos deficientes auditivos/surdez (IBGE, 2010). Tratando-se de um número expressivo, a presente pesquisa buscou analisar a percepção dos acadêmicos quanto à inclusão da PcD auditiva/surdez em seu ambiente, uma vez que o direito à educação é garantido, entretanto, não é devidamente praticado pelas IES.

Mediante o resultado da pesquisa, foi constatado que os acadêmicos julgam importante a inclusão da PcD auditiva/surdez no ambiente acadêmico, onde 98% das respostas foram positivas. Isso demonstra que a população tem consciência sobre o direito assegurado por Lei quanto essa inclusão, no entanto, não há a fiscalização necessária garantindo o cumprimento das leis.

O posicionamento dos acadêmicos sobre a inclusão da disciplina de LIBRAS na grade curricular é altamente positivo, correspondendo cerca de 90,4% das respostas. Faz-se indispensável que tal aprovação gere mudanças por parte do MEC para tornar obrigatório o conhecimento da nova língua, visto que a LIBRAS é reconhecida através da Lei nº 10.436/02 como meio legal de comunicação e expressão, bem como a única forma de comunicação da PcD auditiva/surdez.

Quando questionados sobre o auxílio da própria IES na comunicação com PcD auditivo/surdez, mais da metade dos respondentes (53,9%) discordam que recebem alguma forma de assistência e preparo para interagir, isso ocorre devido a disciplina de LIBRAS ser obrigatória apenas nos cursos de licenciatura e fonoaudiologia, e mesmo sem a obrigatoriedade nos demais cursos, é dever de cada indivíduo se conscientizar da importância do aprendizado, visto que reflete no crescimento pessoal como cidadão.

No momento em que os acadêmicos foram interrogados sobre o comparativo das oportunidades ao acesso à educação da PcD auditiva/surdez com relação as pessoas “ditas normais”, foi visível que o resultado atrelado ao gráfico demonstrou a superioridade na discordância em que as oportunidades são as mesmas, sendo relevante ter um esforço do governo e da sociedade em geral na eliminação do preconceito e da desigualdade de oportunidades.

Com todos esses indicadores, sugere-se a aplicação de uma nova pesquisa científica nas mesmas diretrizes voltada às Universidades Públicas, onde a tendência é de que se obtenham resultados diferentes, uma vez que o sistema de cotas é aplicado através da Lei nº 13.409/16. Ademais, é importante mais estudos como este devido a falta de informação no campo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica: um guia para produção do conhecimento científico**. 1. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

ARANHA, M. **Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica**. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1995000200008>. Acesso em: 05 out. 2019.

BRASIL. **Decreto-lei n. 3.298**, de 20 de dezembro de 1999. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF.

BRASIL. **Decreto-lei n. 10.436**, de 24 de abril de 2002. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF.

BRASIL. **Decreto-lei n. 5.296**, de 02 de dezembro de 2004. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF.

BRASIL. **Decreto-lei n. 13.146**, de 06 de julho de 2015. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF.

BRASIL. **Decreto-lei n. 13.409**, de 28 de dezembro de 2016. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF.

DICHER, M.; TREVISAM, E. **A Jornada Histórica da Pessoa com Deficiência: Inclusão como Exercício do Direito à Dignidade da Pessoa Humana**. Disponível em: <<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=572f88dee7e2502b>>. Acesso em: 06 out. 2019.

EDUCAÇÃO INFANTIL: saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: surdez. [4. ed.] / elaboração prof^a Daisy Maria Collet de Araujo Lima – **Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal et al.** – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

FERNANDES, S. **Fundamentos para educação especial**. 2. ed. Curitiba: Intersaberes, 2011.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, S. **A Inclusão da Educação Especial e sua história**. Disponível em: <<https://institutoitard.com.br/a-inclusao-da-educacao-especial-e-sua-historia/>>. Acesso em: 06 out. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

IBGE. **Cartilha do Censo 2010 pessoas com deficiência**. Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MEC/SECADI: **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em: 29 set. 2019.

OMOTE, S. *et al.* **Mudança de Atitudes Sociais em Relação à Inclusão.** Paidéia, 2005.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.** 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, C. R. **LIBRAS: A Língua de Sinais dos Surdos Brasileiros.** Editora Arara Azul LTDA. Petrópolis, 2006.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SOUZA, D. P. M. Acessibilidade aos portadores de deficiência física: uma garantia constitucional. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 22, n. 5144, 1 ago 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/59060>. Acesso em: 29 set. 2019.

SURIS, B. S. SILVEIRA, A. L. M. MEURER, H. Estudo sobre o ensino superior e a deficiência auditiva a partir do conceito de mediação de Vygotsky. **Revista Educação, Artes e Inclusão.** Rio Grande do Sul, v. 13, n. 2, 2017.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.